

**MODOS DE DESENVOLVIMENTO, MOVIMENTOS SOCIAIS E
ECONOMIA SOLIDÁRIA: ANÁLISE DE AÇÕES COLETIVAS NOS
PROCESSOS DE FORMAÇÃO SOCIAL**

**MODES OF DEVELOPMENT, SOCIAL MOVEMENTS AND SOLIDARITY
ECONOMY: ANALYSIS OF COLLECTIVE ACTIONS IN SOCIAL
FORMATION PROCESSES**

Laudemir Luiz Zart¹

Resumo: Este artigo resulta da pesquisa “Educação Solidária: praxiologias sociais e pedagogia da cooperação”, desenvolvida na Universidade do Estado de Mato Grosso. Apresentamos uma síntese entre aspectos históricos e sociológicos. O método de investigação e de exposição é embasado na hermenêutica de interpretação histórico-crítica de Ghedin e Franco (2008). O texto é dividido em duas partes, na primeira, abordamos os referenciais de Touraine, em *Palavra e Sangue* (1989), destacando o conceito de “modo de desenvolvimento” e as dimensões constituintes: economia, cultura e política. Discutimos as tipologias identificadas por Touraine para interpretar a América Latina: os “*modos nacionais civis*”, os “*modos estatizantes*” e os “*modos pós-colonial e dependente*”. Estabelecemos um diálogo para compreender a relação destes com os contextos e as ações coletivas da mobilização dos movimentos sociais latino-americanos. Na segunda parte, com base nas proposições da I Conferência Nacional da Economia Solidária (Brasil, 2006), discutimos o pressuposto da existência de ações coletivas com projetos de resistência e de proposição, constituídos por grupos sociais e culturais. Neste sentido, demonstramos que a economia solidária é a emergência de um modo de desenvolvimento que simboliza a superação da racionalidade colonizadora e modernizadora para a construção social de modo de desenvolvimento solidário e de cooperação.

Palavras-chave: Modos de desenvolvimento; Movimentos sociais; Economia solidária.

Abstract: This article results from the research “Solidarity Education: social praxiologies and pedagogy of cooperation”, developed at the State University of Mato Grosso. We present a synthesis between historical and sociological aspects. The research and exposition method is based on the hermeneutics of historical-critical interpretation by Ghedin and Franco (2008). The text is divided into two parts, in the first, we address Touraine's references, in *Word and Blood* (1989), highlighting the concept of “mode of development” and the constituent dimensions: economy, culture and politics. We discuss the typologies identified by Touraine to interpret Latin America: the “civil national modes”, the “statist modes” and the “post-colonial and dependent modes”. We established a dialogue to understand their relationship with the contexts and collective actions of the mobilization of Latin American social movements. In the second part, based on the propositions of the 1st National Conference on Solidarity Economy (Brazil, 2006), we discuss the assumption of the existence of collective actions with projects of resistance and proposition, constituted by social and cultural

¹ Professor de Sociologia da Faculdade de Educação e Linguagem (FACEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alerto Reys Maldonado (U), credenciado no Programa de Pós-graduação em Educação da Unemat – Brasil, Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres-MT. ORCID: 0000-0001-9117-0782. E-mail: laudemirzart13@yahoo.com.br

groups. In this sense, we demonstrate that the solidarity economy is the emergence of a mode of development that symbolizes the overcoming of colonizing and modernizing rationality for the social construction of a mode of development of solidarity and cooperation.

Keywords: modes of development, social movements, solidary economy.

Classificação JEL: B24, O11

1 Introdução

Para a construção deste artigo, pautamos em algumas ideias-força apresentadas por Touraine no livro *Palavra e Sangue* (1989). Partimos da proposição teórica fundamental de releitura da historicidade latino-americana e do questionamento do mundo ocidental. Absorvemos o conceito de “modos de desenvolvimento” indagando sobre estes modos e quais são suas características. Pensamos com o autor que estes modos de desenvolvimento estão contextualizados e, então, nos questionamos sobre as formações sociais que abrigam estes modos de desenvolvimento. Entendemos que há uma estrutura social correspondente ao modo de desenvolvimento, uma relação de dependência da América Latina aos países modernizadores, como há processos de especificidades que identificam as diversidades dos projetos de resistência e de proposição constituídos pelos grupos sociais e culturais de diferentes nacionalidades.

Avaliamos a importância do pressuposto interpretativo de Touraine ao considerar as diversas dimensões do contexto latino-americano: a economia, a cultura e a política. Estas não são lidas como separadas, mas fortemente interligadas. São estas dimensões que fazem da América Latina um desenho que não é unicolor, unidirecional e unísono. A América Latina é uma forma de ser e de se fazer por meio das classes sociais e grupos étnicos, em que a modernidade e a tradicionalidade se entrecruzam. Não é somente o Estado que representa o poder e a construção das sociedades, os movimentos sociais são expressões que delimitam ações que resistem aos colonialismos e são propositivos, isto é, são constituintes de projetos sociais que se contrapõem aos modos de efetividade das elites econômicas e políticas latino-americanas identificadas com a modernidade dos países capitalistas desenvolvidos.

Neste sentido, compreendemos que o contexto da América Latina é constituído pelas ações coletivas dos movimentos sociais. Ao analisar os movimentos sociais, dialogamos com os conceitos de Touraine de “interesse coletivo”, “conflito social” e “projeto social” e para compreender o sentido deles perguntamos: o que são os movimentos sociais? Quais são os significados das ações coletivas?

Com a leitura deste referencial, problematizamos se há outro modo de desenvolvimento além dos identificados por Touraine. Para refletir sobre esta questão, buscamos, nas configurações da economia solidária, uma possível resposta. Para esta interpretação, temos como referencial o Documento Final, construído na I Conferência de Economia Solidária, realizada em 2006. Apesar da análise de Touraine ser em relação à América Latina, destacamos as experiências brasileiras para compreender as configurações nas concepções de movimento social e de modo de desenvolvimento.

Com base nos conceitos de Touraine, investigamos em que sentido a economia solidária é um movimento social? Ainda questionamos: a economia solidária é um modo de desenvolvimento? Em que sentido esta quarta tipologia de desenvolvimento, que é a nossa hipótese, se diferencia dos modos de desenvolvimento descritos por Touraine?

2 Os modos de desenvolvimento em Touraine

Consideramos importante para o nosso propósito o ponto de partida de Touraine. O pressuposto é a crítica aos modelos de interpretação da história que tem como fundamento reflexivo a visão linear da direção da caminhada da humanidade. Este referencial teórico considera que todas as nações e todos os povos irão, inexoravelmente, em uma perspectiva progressiva e evolutiva, alcançar os estágios de desenvolvimento das nações avançadas. Desta forma, o horizonte paradigmático tem nas cidades de Roma, Londres ou Nova Iorque os destinos zelados. Mas há um desafio, porque existe uma cética: “[...] ninguém acredita mais que a Razão se tenha encarnado num modelo social único e triunfante” (Touraine, 1989, p. 13).

Ao desfazer este decreto histórico, o autor proporciona um espaço de liberdade de pensamento e provoca nossa imaginação sociológica (assim como a histórica, a econômica, a filosófica), para entender a América Latina não como um reflexo obtuso dos colonialismos e imperialismos. Sem ocultar esta história ou, mais incisivamente, devido a esta, somos implicados em caminhos teóricos e compromissos intelectuais para a interpretação de cenários que fazem da América Latina um continente com nações e povos diversos, que tem suas especificidades e, assim, construir um modo de desenvolvimento latino-americano, que tem “[...] uma combinação de racionalismo econômico e de mobilização política e social própria deste continente” (Touraine, 1989, p. 17).

Para explicar e avançar na nossa exposição, elucidamos o conceito de modo de desenvolvimento e os seis modos identificados por Touraine. Para Touraine, o conceito de modo de desenvolvimento foi introduzido para “[...] superar a oposição estéril entre determinismo econômico e voluntarismo cultural e para insistir na interdependência dos aspectos econômicos, políticos e culturais do desenvolvimento” (1989, p. 45).

O autor (*Ibidem*) diferencia os conceitos de modernização e de desenvolvimento. A modernização “[...] se refere a tendências que levam da sociedade tradicional à sociedade moderna e que transformam a organização, diferenciando-a, racionalizando-a, secularizando-a” (Touraine, 1989, p. 45), enquanto o desenvolvimento é interpretado “[...] como a passagem de um tipo de sociedade a um outro, o que supõe que cada um desses seja definido não por um nível de modernização, mas por um conjunto de características específicas que nos fazem falar, por exemplo, de sociedade industrial, ou de sociedade mercantil” (Touraine, 1989, p. 45).

Quais são os atores principais do desenvolvimento? Há uma relação entre a elite dirigente e a classe dirigente, compreendendo que “[...] todo processo de desenvolvimento pode ser definido por uma certa combinação de ação da classe dirigente - e de resistência das classes dominadas - e de intervenção de uma elite dirigente, isto é, de um Estado antes de tudo” (Touraine, 1989, p. 46).

Ao tratar dos modos de desenvolvimento, Touraine deixa claro que estes são “[...] tipos, não casos históricos concretos”, podendo nas realidades objetivas dos países combinar “[...] mais ou menos vários tipos [...] com a predominância de um dos tipos” (Touraine, 1989, p. 47).

Destacamos primeiro os “*modos nacionais civis*”. Há a identificação de dois modos de desenvolvimento com esta tipologia: um é o modo *central* e o outro o *jacobino*. O modo *central* é identificado pelo autor como a forma histórica, a “primeira industrialização” que ocorreu na Inglaterra e depois nos Estados Unidos. Há nesse um “processo sobretudo endógeno e civil”. Afirma mais, “[...] o modo europeu de desenvolvimento foi, pois, materialista, identificando a modernização ao triunfo da razão e da ciência” (Touraine, 1989, p. 47). No caso do modo *central* de desenvolvimento, há uma identificação do Estado com a classe dirigente, o que

possibilitou a “[...] ampla autonomia às instituições representativas” (*Ibidem*, p. 47), das classes dirigentes conservando, no entanto, ao Estado, “[...] um papel autônomo, sobretudo, como agente de hegemonia externa” (*Ibidem*, p. 47), relação institucional que possibilitou a expansão dominadora do modo do capitalismo inglês às outras nações.

A segunda variante do modo nacional civil é o modo *jacobino*, identificado com o caso clássico francês. Este se diferencia do primeiro “[...] pelo fato de que Estado, nele, desempenha um papel mais importante, mais independente da classe dirigente” (*Ibidem*, p. 47-49). Neste caso, “[...] os conflitos políticos, as relações com o poder do Estado ocuparam, constantemente, um lugar mais importante do que os conflitos propriamente sociais [...]” (*Ibidem*, p. 49). Esta relação, demonstra ainda o autor, provoca uma estrutura política que gera mais poder aos partidos políticos e enfraquecem as entidades de representação das categorias sociais. Desta forma, os partidos operários têm maior poder representativo e as entidades sindicais são fragilizadas nas relações de negociação coletivas.

Para Touraine (1989), as duas variáveis do modo nacional civil se aproximam pelo “[...] fato de que ambos [os modos] identificam fortemente a análise da sociedade moderna à da modernização. A palavra capitalismo aí significa, ao mesmo tempo, modernização econômica e poder de uma classe dirigente” (*Ibidem*, p. 49). É importante ressaltar que esta identificação, mesmo que por estratégias organizacionais nacionais diferentes, possui uma configuração social de inter-relacionamento entre as estruturas econômicas, as políticas e as sociais. Vale reafirmar que a classe dirigente é assim, porque ela encontra os nódulos causais de ligação entre as diversas partes de uma totalidade constituída em uma rede de elos formadores de um sistema que identifica os atores do desenvolvimento.

É relevante lembrar, como fez Touraine (*Ibidem*), que este modo de desenvolvimento é endógeno. A endogeneidade tem um peso de análise e de entendimento muito importante, porque ela dá para o que se denomina de ocidente, “[...] a pretensão [...] de identificar-se com a modernidade” (p.15). É importante para a nossa reflexão e as consequências desta identidade intelectual ocidental, melhor dizendo europeia, que esta postura pretensiosa é rejeitada pelo autor. Afirma, ainda, que “[...] o modelo ocidental define a si mesmo não como uma forma de modernização, mas como a própria modernidade; e seu orgulho é afirmar que a modernidade pode ganhá-lo por sua própria força, pela irresistível corrente que leva para a racionalização, a secularização e uma maior eficácia” (Touraine, 1989, p. 15).

Falta a pergunta: qual a relação dos modos de desenvolvimento *nacionais civis* com a América Latina? Touraine responde que na “América Latina, esses modos de desenvolvimento têm uma importância sobretudo ideológica: a maior parte dos grupos econômicos ou políticos dirigentes recorrem a esses modelos que vêm dos países centrais” (1989, p. 49). Nesse sentido, podemos aferir que os países latino-americanos têm uma estrutura social que é a expressão de uma profunda dicotomia enraizada em uma historicidade colonizadora, que provocou a contradição de uma elite política e econômica identificada com os padrões europeus e, por outro lado, de um povo que vive à margem das conquistas não só da modernidade, mas principalmente da modernização. O continente se moderniza, como vários outros autores identificaram de forma dolorosa e conservadora. Temos uma sociedade que importa ideias, estruturas e relações que impõe uma concepção de mundo estranha para os atores sociais populares da América Latina.

A partir dessas ideias, podemos ver um aspecto metodológico e com implicações gnosiológicas importantes nos estudos de Touraine (1989). Primeiro, porque o autor chama a atenção para os olhares interpretativos dominantes que são lançados sobre a realidade latino-americana, que estão mais próximos de estereótipos do que de

processos de investigação empírica e histórica. Esses estereótipos são desconstruídos pelo autor, tornando-se importantes para os que procuram compreender o sentido da América Latina. Desta forma, a pesquisa em *Palavra e Sangue* tem o propósito de colocar a “América Latina mais próxima de nós e, sobretudo, aproximando-nos mais dela, para vê-la não mais como um espetáculo, mas tal como ela vive sua vida e se transforma” (*Ibidem*, p. 21). Esta prerrogativa metodológica explica o comportamento intelectual do pesquisador europeu, que abandona o distanciamento geográfico e epistemológico, aproximando-se e implicando-se dos significados, das atitudes e das ações sociais e políticas que os coletivos praticam e como se representam cognitivamente. Neste sentido, o autor vai dizer que é preciso mostrar a “América Latina tal como existe por si mesma, tal como se produz e se destrói através de suas lutas sociais e de suas formas de poder político, o papel de suas personalidades e de suas igrejas, a influência de suas mulheres e de seus jovens, tal como ela se transforma, através de crescimento e crises, urbanização galopante e desigualdades crescentes” (p. 20).

O desdobramento gnosiológico, neste sentido, é muito significativa. Para nós, não importa somente compreender como os outros interpretam a diversidade de realidades socioculturais e as heterogeneidades estruturais, econômicas e históricas da América Latina. Associado a esta atitude intelectual é preciso questionar sobre a forma como nós nos conhecemos. Então, podemos questionar, nós não somos reprodutores de estereótipos que não explicam, mas que ocultam a realidade que foi constituída e que nos constitui como latino-americana? Quais são os paradigmas que nos guiam para explicar as ações coletivas dos povos latino-americanos? Como compreendemos os atos e os processos de resistência e de proposição dos que lutaram para a descolonização? Dos que organizaram a vida coletiva para a libertação e a emancipação? Como sabemos, Touraine considera que a “[...] modernidade está presente aí em toda a parte, com a vontade de crescimento econômico, a confiança na educação, a busca da participação política e social” (1989, p. 16).

Para compreender mais sobre estas questões, continuamos no caminho investigativo de Touraine (1989), em que procuramos abordar a segunda tipologia de desenvolvimento, denominada de “*modos estatizantes*”. Nestes “*modos estatizantes*” são localizados dois modos de desenvolvimento distintos, o modo *bismarchiano* e o modo da *revolução soviética*. Em primeiro lugar, é relevante explicitar que o autor parte de um reconhecimento ao afirmar que “[...] nos países em que o desenvolvimento não pode ser endógeno, o Estado deve transformar-se de instrumento de reprodução de uma ordem cultural e social tradicional em agente voluntarista de mudança, por razões antes de tudo nacionais” (*Ibidem*, p. 49). Portanto, na segunda tipologia, podemos ver como o Estado torna-se o ator principal do desenvolvimento, ao reconhecer que não existe uma burguesia nacional forte que se constitui no ator principal do desenvolvimento.

O modo *bismarchiano* é resultante de uma nação que possuía classes dirigentes sem serem modernizadoras. Neste caso o “Estado intervém para criar uma classe dirigente modernizadora capaz de ocupar o lugar de uma antiga classe dirigente” (p. 49). Os exemplos clássicos que o autor apresenta são os casos da Alemanha dirigida pelos *junkers*, fazendeiros rentistas e conservadores, e o caso do Japão onde os *daimos* e os *samurais* comandavam o país.

O segundo exemplo de modo estatizante é o *modo soviético*. Neste caso explica Touraine: “[...] se a resistência à decomposição do antigo regime é forte demais, a industrialização deve ser imposta pelo Estado que, então, desempenha o papel de um déspota esclarecido, mas que deve também se apoiar em uma mobilização de massa capaz de vencer as resistências levantadas pelas antigas classes dirigentes” (Touraine, 1989, p. 49). Indica que apesar das massas de trabalhadores como os camponeses e os operários terem participado do processo revolucionário de

modificação do modo de desenvolvimento, o papel destes atores permaneceu secundarizada pela via comandada pela “[...] vanguarda revolucionária contra um Estado em decomposição, muito mais que o resultado de um movimento operário, que tinha outras orientações, ou de um movimento camponês, que era muito fraco” (*Ibidem*, p. 49-50).

Para nosso propósito, é interessante explicitar que para Touraine nestes dois modos de desenvolvimento, da tipologia estatizante,

[...] o Estado tende a identificar-se, nesses modos de desenvolvimento, com uma coletividade histórica mais do que com interesses sociais específicos. A organização social é diretamente comandada por uma ideologia ou uma cultura nacional, ao passo que, nos modelos europeus centrais, a referência à ciência e à racionalidade é que ocupa uma posição central (1989, p. 50).

A terceira tipologia são os modos *pós-colonial* e *dependente*, em que a relação de modernização é comandada por uma “[...] burguesia estrangeira ou um Estado estrangeiro [que] introduziram as principais mudanças econômicas” (p. 50). Esta configuração gera as *sociedades coloniais*, nas quais “[...] os países colonizadores exercem uma dominação política e cultural, ao mesmo tempo que econômica” (p. 50). Se temos nos modos de desenvolvimento nacionais civis e estatizante uma centralidade com a questão da modernização dos países, nas nações colonizadas “[...] os atores que defendem uma cultura nacional ou regional e interesses econômicos e sociais intervêm ao nível do Estado, em nome da libertação nacional mais do que da modernização [...]” (p. 50).

Por outra via,

[...] as sociedades dependentes, ao contrário, são submetidas a uma dominação mais econômica do que política. É, pois, nestes países que existe a mais forte separação entre a economia e a política, e onde os atores sociopolíticos ou mesmo ideológicos desempenham o papel mais central (Touraine, 1989, p. 51).

Qual a relação destes com a América Latina? A “América Latina pode ser considerada como o principal conjunto de sociedades dependentes no mundo atual” (p. 51). Com esta assertiva, o autor orienta para a necessidade da análise e da compreensão do modo de desenvolvimento dependente. Como a América Latina é visivelmente diversa e heterogênea, há nela a influência dos modos central e jacobino, mais no sentido ideológico, pela defesa dos interesses das elites dirigentes, há também a presença do modo bismarchiano fortemente identificado com os Estados do Brasil e do México, que promovem a modernização nestes países. Soma-se a estes a influência do modo soviético, que, historicamente, mobilizava a diversos grupos sociais para promover a transformação das estruturas sociais colonizadas e/ou modernizadas de forma conservadora.

Podemos concluir, assim, que a América Latina apresenta cenários nos quais diversos atores estão em movimento, promovem ações coletivas, tanto sociais, quanto políticas, assim como estão em disputa para implantação de determinados modos de desenvolvimento. É neste sentido que Touraine afirma que há uma especificidade na América Latina.

2.1 Ação coletiva: as dimensões econômicas, políticas e culturais

Touraine reconhece que a cada modo de desenvolvimento correspondem determinadas ações coletivas. Neste sentido, apresentamos um panorama das ações econômicas, políticas e culturais que simbolizam a coletividade latino-americana. Para não perdermos de vista, é bom lembrar que a questão metodológica, considerada importante, é aquela que mergulha nas formas de ser, de fazer, de conservar e de transformar, que são próprias dos atores sociais. Para apreender as heterogeneidades que constituem a configuração da América Latina, vamos abordar de forma sucinta alguns pontos que ilustram as estruturas e as diversidades socioculturais.

No campo econômico, Touraine demonstra que a América Latina é um continente que possui estruturas sociais que se caracterizam pela existência de uma elite dominante que controla a propriedade das terras e das fábricas, e, que se volta fundamentalmente para a Europa. A economia é dependente e reside

[...] sobretudo na prioridade dada a um tipo de desenvolvimento que corresponde mal às necessidades da população. Os capitais vindos do estrangeiro contribuem para instalar indústrias de forte intensidade de capital, que produzem bens de consumo duráveis destinados a uma população limitada, em cujas mãos se concentram os capitais e que procura, principalmente, imitar o consumo dos países mais ricos (Touraine, 1989, p. 31).

A relação de dependência e a de se voltar para fora é uma característica da economia desde os tempos coloniais, quando os senhores das terras produziam, com mão-de-obra escrava, os bens primários necessários para o estilo de vida e de consumo das colônias e dos países que formavam a constelação de nações centrais do capitalismo emergente. Soma-se à exploração das produções de bens primários provindos da agricultura extensiva e exportadora, a extração dos minerais, tanto preciosos quanto os voltados para as indústrias emergentes, que eram exigentes de instalação de infraestruturas como estradas de ferro e portos nos países colonizados. A instalação das infraestruturas demanda tanto de trabalhadores quanto de créditos financeiros, de capitais e de tecnologias para a execução das obras. Estas condições eram trazidas dos países Europeus modernizadores das colônias. Os trabalhadores qualificados, como engenheiros, as empresas para planejar e executar os projetos, os bens de capital e as tecnologias são controlados pelos países colonizadores. Além destas situações, os países latino-americanos ficam com a dívida pública dos recursos investidos nas obras, fazem concessões de exploração dos bens naturais que são extraídos e exportados, celebram contratos de direitos e deveres fechados quanto à realização do comércio internacional.

Este cenário não mudou substancialmente com a independência e podemos avaliar que se aprofunda com o processo de evolução da modernização do capitalismo. As diversas fases do modo de produção que é implantado nas nações latino-americanas carregam normas e condições que tornam o “[...] capitalismo limitado e dependente” (p. 32). A dependência é uma forma econômica que cria um abismo entre as classes sociais, dando a oportunidade para as elites econômicas usufruírem as condições materiais e culturais, portanto de consumo, que as ligam aos padrões de vida das elites dos países europeus, enquanto para as classes populares, incluindo os índios, os negros, os camponeses, os operários, os europeus ‘não europeizados’ – migrantes, cria-se uma ambiência de negação de direitos e de possibilidades de desenvolvimento. Com relação abismal que configura a estrutura social “[...] o crescimento econômico não acarreta nem a integração social nem a diminuição das desigualdades” (Touraine, 1989, p. 32). Há um movimento histórico e social que gera

a “dualização do continente” (p. 35) que tem como elementos caracterizadores a desigualdade social, a concentração de renda, o subemprego e desemprego de massa.

A organização política ocorre na América Latina pela afirmação-negação de duas formas e processos contraditórios. A primeira é representada pelos interesses coletivos dos grupos dominantes. As elites econômicas são as que controlam o Estado e conduzem as ações coletivas para a manutenção das estruturas sociais existentes. Esta relação ocorre desde o período colonial pela afirmação das condutas políticas de dominação paternalistas ou da assistência direta aos pobres pelos detentores do poder. A atitude de pai que afaga com uma mão aos que têm comportamentos políticos de quietude frente às desigualdades sociais, é também a atitude de quem orienta o Estado na repressão dos grupos sociais, que promovem a inquietude social e questionam as estruturas sociais. No Estado moderno latino-americano, a permanência da mão-forte de controle sobre a política é a legitimadora das estruturas econômicas modernizadoras. A modernização da economia, que aparenta movimentos de transformação social, é a afirmação política das elites econômicas e a reafirmação das classes sociais excluídas. Na afirmação de Touraine, “[...] é sempre impossível separar estrutura social e processo de desenvolvimento na América Latina, de modo que as categorias de análise da ação social devem ser sempre *mistas*, combinar as referências a uma estrutura social e a um processo de mudança histórica” (p. 54).

Distinta das ações promovidas pelas classes dominantes e das elites dirigentes, é a mobilização e a organização dos movimentos sociais. Passando pelas ações de resistência e de proposição dos indígenas, dos camponeses e dos operários nos diversos países, Touraine indica que instituições sociais como a igreja com a teologia da libertação, os sindicatos com a concepção do novo sindicalismo e os partidos de esquerda têm a perspectiva da formação de movimentos coletivos que enfrentam situações de limites indefinidos de contextos culturais entre o privado e o público, entre a necessidade do presente e a construção do projeto social, entre o Estado e a sociedade, entre a tradição e a modernidade. A diversidade dos contextos é geradora de referenciais analíticos e políticos que expõe os movimentos sociais na América Latina a situações de escolhas que não são formuladores de caminhos homogêneos. No entender do autor, assim podemos interpretar, mais que negar as possibilidades de caminhos racionais únicos e lineares é preciso afirmar caminhos cegos, irracionais que juntam tradição e modernidade para a consolidação da solidariedade para o fazer da humanidade.

Para compreender os movimentos sociais, Touraine (p. 181-182) discute a existência de três características gerais que configuram as ações coletivas. A primeira é a constituição de “*interesses coletivos*”, tanto no campo da economia como na política. Os interesses coletivos são formadores das identidades dos grupos sociais e por elas se formam a mobilidade, a aproximação e a transposição dos interesses individuais no desenho dos encontros para formar uma direção que tenha na identidade cultural a confluência das vontades e dos interesses daqueles que se formam na coletividade. A segunda característica está na configuração do “*conflito social*”, explicitando a existência de um adversário que está em disputa e que “[...] opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes de ordem do conhecimento, da economia ou da ética” (p. 182). A terceira característica diz do “*projeto social*” que está em construção. Este refere-se aos que estão em consonância com os processos de modernização das estruturas próprias da sociedade industrial ou dos que confluem para a construção de referenciais que indicam o “modo de passagem de uma sociedade à outra, a gestão do desenvolvimento” (Touraine, 1989, p. 182).

As ações coletivas engendradas pelos movimentos sociais na América Latina levaram a constituição de contextos culturais que se diferenciam das práticas relativas

do espírito do tempo da dominação colonial, da dependência e das políticas econômicas e culturais miméticas. Estas têm, nos padrões europeus, o modelo a ser reproduzido nas relações sociais e têm, nos comportamentos de consumo das classes dirigentes dos países desenvolvidos, os valores que são considerados eruditos e que devem servir de base para a reprodução social nos países latinos. Para este comportamento cultural dependente ser reproduzido, é necessário um alto grau de exploração dos/as trabalhadores/as, objetivando uma capacidade de acumulação de riquezas que possibilitam o acesso ao consumo padrão europeu. Associa-se aos comportamentos de acumulação de riquezas e consumo, dois procedimentos de classes complementares. O primeiro é o não investimento por parte das classes dirigentes em empreendimentos produtivos, geradores de empregos e de novas riquezas, e a segunda, devido à pobreza acumulada e revoltada, é a instalação de um aparelho de política repressora, que tenta levar à quietude os grupos sociais dominados.

Por outro lado, a ação coletiva dos movimentos sociais populares tem na mobilização e na organização democrática e participativa dos grupos sociais dominados a perspectiva de contestação e de reversão das estruturas sociais dominantes. Estas proposições passam pelas organizações ligadas às igrejas cristãs da teologia da libertação; aos partidos políticos de cunho revolucionário, que se embasam nas teorias marxista-leninistas; às organizações dos movimentos das mulheres, dos movimentos ambientais, indígenas e camponeses sem-terra. Apesar das diferenças de estratégias e de leitura das realidades latino-americanas, as diversas matizes ideopolíticas, que têm na emancipação dos grupos sociais excluídos da América Latina, têm como projeto social a transformação das estruturas socioeconômicas, culturais e políticas, tendo como finalidade a democratização da economia e da política, subvertendo a ordem e visualizando um processo de desenvolvimento que possa tornar solidária a América Latina.

2.2 Um modo de desenvolvimento e um movimento social: economia solidária

Apresentamos algumas dimensões constituintes da economia solidária, pensando que ela pode ser interpretada como um modo de desenvolvimento e como um movimento social. Assim, para compreender a economia solidária como um modo de desenvolvimento, sistematizamos as informações do Documento Final da I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006) em conformidade com as orientações de Touraine em relação às dimensões econômicas, políticas e culturais. Enquanto movimento social explicitamos os “interesses coletivos”, os “conflitos sociais” e o “projeto social” que está em definição nos processos de mobilização e de organização social.

Esclarecemos que o documento no qual nos embasamos, além da referência histórica, é amplo e de uma riqueza conceitual fundante e indicador de práticas sociais, econômicas e políticas muito superiores que os recortes que fizemos para os limites do presente texto. Consideramos, portanto, que há uma riqueza cognitiva produzida coletivamente que deverá ser interpretada com maior intensidade pelos/as pesquisadores/as e militantes sociais.

Em primeiro lugar, compreendemos a economia solidária como um modo de desenvolvimento, apresentando informações relativas às características econômicas, políticas e culturais. A primeira dimensão é a *econômica*, ela traduz uma concepção que abarca as diversidades constituintes das formações sociais das sociedades complexas. Ao se posicionar na direção da emancipação humana, a economia solidária incorpora na organização não somente a empresa no sentido restrito da produção, mas tem como horizonte a prática social que

[...] privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com participação de todos (Documento final, 2006, p. 1).

Como processo de organização das unidades produtivas coletivas, há uma centralidade na afirmação da aprendizagem de novas atitudes dos integrantes, gerando uma ambiência para a compreensão de que a economia solidária

[...] é um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários, [portanto], os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento (*Ibidem*, 2006, p. 3).

A organização coletiva das unidades produtivas gera uma ambiência de construção da igualdade de direitos e do assumir responsabilidades o que implica a autogestão, isto é, a participação democrática do exercício do poder nas decisões, tendo como objetivo a superação da contradição entre capital e trabalho. Para a viabilidade desta proposição, há a orientação que

[...] as informações do empreendimento devem ser democratizadas a todos, através de espaços comuns de discussão. Mas disponibilizar a informação não é suficiente. É importante o incentivo ao envolvimento de todos em todas as questões, criando estratégias para superação de resistências, respeitando as escolhas e a individualidade de cada um (2006, p. 4).

Apreendemos que, além das questões sociopolíticas, a economia solidária deve responder aos preceitos da ecologia. Podemos aferir que a solidariedade é concebida como uma base conceitual e de prática social que engloba todas as formas de vida. Este reconhecimento amplo leva em consideração que

[...] a economia solidária deve ser incentivada como estratégia de produção apropriada, de manejo sustentável da natureza, de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos e líquidos nos espaços urbanos e rurais, de fortalecimento da agroecologia, articulando as ações de preservação e conservação da natureza em todos os biomas e ecossistemas (2006, p. 96).

A segunda dimensão é a *política*. Em um conjunto de ações afirmativas para a promoção da emancipação humana, a afirmação é que a economia solidária “[...] não pode ser residual, subordinada ou, quando muito, como compensatória aos impactos das crises do capitalismo. Também não deve ser confundida com as ações de responsabilidade social das empresas capitalistas” (2006, p. 47).

Os atores sociais da economia solidária a reconhecem como política pública, eles indicam a necessidade de programas e de ações que implicam na visão do desenvolvimento sustentável, com participação democrática, comunitária e popular,

tendo como objetivo a democratização do Estado e da sociedade. Requerer, portanto, o estabelecimento de políticas públicas

[...] de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes sujeitos sociais (historicamente organizados, porém excluídos); de novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social (2006, p. 48).

Pensamos ainda que a concepção da política tem como fundamento filosófico o reconhecimento e o fortalecimento da organização social dos trabalhadores/as e a sua constituição como sujeito político. Está ligada a este pressuposto a valorização dos saberes populares na construção do protagonismo social como um elemento fundamental para a institucionalização das esferas públicas democráticas. Para tanto,

[...] esta política deve permitir a participação popular em sua elaboração para demandar ações transversais e estabelecer parcerias com várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito, cultura, comunicação, promoção de igualdade, gênero e raça, meio ambiente, entre outras) com o fito de criar um contexto de emancipação social e sustentabilidade do desenvolvimento e segurança alimentar (2006, p. 50).

Indicamos que o contexto da democratização tanto dos empreendimentos econômicos solidários, como das políticas públicas, portanto do Estado e da sociedade, constitui-se em uma aprendizagem política contínua e demonstra que

[...] o objetivo da participação e do controle social é a construção de esferas públicas de poder, onde os diferentes atores sociais possam negociar, de forma transparente e em igualdade de condições, os seus interesses, pensados na relação com a coletividade, constituindo-se em um processo pedagógico do exercício democrático (2006, p. 108).

A terceira dimensão é a *cultural*, nela há uma forte inserção na orientação ética que afirma valores como a solidariedade, a sustentabilidade e a cooperação. Esses valores são indicados como caminho para a construção de um país justo, democrático e participativo. Associada a democracia está a defesa da diversidade social e cultural, o cuidado com o ambiente natural, com o processo de superação das discriminações históricas como as questões de gênero, de etnia, de raça e das gerações. Assim, são necessárias

[...] concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e como finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital (2006, p. 1).

Para complementar a nossa exposição, apresentamos a economia solidária como *movimento social*. Segundo o documento da I Conferência Nacional de Economia Solidária, a economia solidária é caracterizada como expressão dos interesses coletivos, de conflito social e projeto social.

A primeira dimensão é a dos *interesses coletivos*, compreendida como prática social e cultural que traduz um conjunto amplo de fenômenos sociais que afirmam a construção das coletividades como processos interacionais de ações que devem

ocorrer, simultaneamente, para fertilizar as concepções e as práticas de organização coletiva, da produção cooperada, do consumo solidário, da convivialidade solidária, do reconhecimento das diversidades culturais e das experiências dos grupos sociais. Deste modo, a economia solidária é constituinte e é constituída de

[...] coletivos informais, associações, cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; cooperativas sociais (pessoas com deficiência e transtorno mental); organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos e cooperativas de crédito, redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de trocas solidárias com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas, etc); cooperativas habitacionais autogestionárias; grupos culturais, agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural, respeitando a questão de gênero, raça, etnia e geração (2006, p. 6).

A segunda dimensão é caracterizada pelos *conflitos sociais*, em que os atores da economia solidária não apreendem a conflitividade como uma relação humana de contraposição de indivíduos. Asseveramos que o conflito social é a expressão de concepções e de projetos de sociedade que se opõe dialeticamente, isto é, que está em um movimento dinâmico de negação e de afirmação de formas de organização, de valores e de atitudes. Nestes termos, a economia solidária é uma “[...] alternativa ao modelo econômico capitalista” (2006, p. 10), porque possui uma valorização de preceitos éticos e atitudinais como a solidariedade em detrimento da competitividade, da cooperação em vez da concorrência, da humanização e da conscientização para desfazer as condições materiais e culturais da coisificação e da alienação. Por conseguinte, a economia solidária

[...] busca reverter a lógica capitalista que promove a crescente exploração do trabalho e dos recursos naturais, gerando desigualdade social, cultural, econômica, territorial, degradação ambiental e prejuízos à saúde dos seres vivos. Ela afirma a emergência de um novo ator social composto de trabalhadores associados e consumidores conscientes e solidários, portadores de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo, caracterizando-se, portanto, como um processo revolucionário (2006, p. 11).

A terceira dimensão é a do *projeto social*, que é apreendida como um processo de construção social coletivo de utopias que se concretizam pelas ações cotidianas dos atores sociais que integram as diferentes maneiras, momentos e lugares de concertação social e institucional para a viabilidade dos objetivos que alicerçam e configuram o campo da economia solidária. A utopia projetada são ações que estão referenciadas nas histórias dos diversos grupos sociais nas lutas pela educação popular, pela inclusão social no trabalho, pelas políticas públicas populares e democráticas, pelos direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos camponeses etc. A convergência do projeto social da economia solidária é para

[...] construir uma sociedade sem classes. [...] entende-se sociedade sem classes a sociedade socialista. Para chegar a esta sociedade é imprescindível: 1. superar a sociedade capitalista; 2. unir, na luta político-econômica, aqueles que vivem do trabalho (proletários, desempregados, camponeses, cooperados, setores médios), aqueles que não são capitalistas; 3. a superação da antiga sociedade para a nova é essencialmente uma luta política, uma disputa de projetos antagônicos (2006, p. 12).

Esta estratégia de construção social está associada a proposição de um processo educacional estabelecido como práxis pedagógica emancipatória para “[...] uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação” (2006, p. 2). Nesse sentido, o documento afirma

[...] a educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Esta deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia. Deve valorizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramenta para o empoderamento dos sujeitos, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão (2006, p. 81).

Tendo o conhecimento como uma das referências importantes para a transformação social, mas que também aprofunde a viabilidade e amplie as possibilidades dos empreendimentos econômicos solidários, a concertação das redes de economia solidária e da gestão das políticas públicas é apontada a necessidade de construção e consolidação de uma “[...] matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário” (2006, p. 2). Esta matriz que tem como finalidade o processo de concepção e de instrumentalização da “[...] produção e disseminação de tecnologias apropriadas à economia solidária” (2006, p. 86).

3 Conclusão

Compreendemos que a economia solidária ocorre em um contexto histórico em que o povo se mobiliza e se conscientiza da necessidade de se constituir como agente social protagonista da sua história. Esta opção econômica, política e cultural está além das posturas das elites econômicas e políticas que, historicamente, se associaram ao capital internacional e se tornaram dependentes na economia modernizadora. Pela economia solidária, há a proposição de desenvolvimento que tem como referência as realidades e as experiências dos diferentes grupos e movimentos sociais. É uma forma que se contextualiza e tem, na endogeneidade, um princípio orientador. Mas o sistema não é fechado, senão aberto para o intercâmbio de experiências, portanto ele está alicerçado em processos que têm forma de fazer, de ser, de conservar e de transformar que são próprios dos atores sociais. Esta avaliação indica-nos que os movimentos sociais populares não somente resistem aos colonialismos de toda ordem, mas são propositivos. Daí a necessidade da inter-relação e interação em redes colaborativas que fazem fluir conhecimentos, experiências, produtos, pessoas.

Podemos dizer que a economia solidária se constitui num modo de desenvolvimento com características próprias pela força organizadora e prospectiva

dos movimentos sociais populares. Avaliamos que este novo modo de desenvolvimento não se associa aos que foram estudados por Touraine. As diferenças estão alicerçadas pelos atores sociais que são os protagonistas da dinâmica de constituição do modo de desenvolvimento e a forma como se entrelaçam as tramas constituintes da nova formação social.

Compreendemos que enquanto as elites locais recorrem aos modelos centrais para reproduzir as estruturas sociais que as beneficiam como classe social, os atores sociais da economia solidária programam e implementam ações sociais e cognitivas geradoras de estruturas e relações sociais que se diferenciam do modelo estatizante soviético, colocam-se além dos modos pós-coloniais e dos modos dependentes. Defendemos esta tese, porque entendemos que o movimento da economia solidária se centra na participação dos sujeitos, na democracia direta, na autogestão, nas questões emancipatória de gênero, de raça, de etnia, além das de classe social. Não há um ator específico de condução do processo histórico, senão uma rede de atores que não colocam no Estado o meio único para promover as mudanças, porque percebem a necessidade da construção de políticas públicas como espaços de diálogo e de negociação de projetos. Não tem a economia como fundamento exclusivo de compreensão da estrutura social, mas está associada às dimensões culturais, políticas, ecológicas, educacionais, científicas e tecnológicas. A economia solidária não procura nas tecnologias de ponta a forma de inovação, mas tem nas tecnologias sociais e na valorização dos saberes populares, das experiências dos participantes, a ambiência de ampliação e de aprofundamento do saber fazer e do saber pensar, necessários para o movimento que se constitui em uma maneira de desenvolvimento.

Concluimos que a economia solidária é um modo de desenvolvimento que está em contradição dialético-histórica com as demais formas de organização da vida social dominantes. Mas compreendemos que a economia solidária lega as lutas históricas dos povos, assim, podemos considerar que chegamos a uma maior consciência da nossa possibilidade de constituição do projeto emancipatório brasileiro e em comunhão com os povos latino-americanos, considerando nossas matrizes comum de colonização, lutas libertadoras e contextos econômicos, políticos e culturais semelhantes.

Referências

BRASIL, *Conferência Nacional de Economia Solidária*. In: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=332&Itemid=216. Acessado em 02/02/2023.

GHEDIN, Evandro. FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Questões de Método na Construção da Pesquisa em Educação*. São Paulo: Cortez, 2011.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.